

30/12/74



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

CONSELHO DE MINISTROS

SUMULA DA REUNIÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

Presentes todos os Ministros, o Secretário de Estado da Comunicação Social e ainda os Secretários de Estado do Orçamento e do Tesouro, da Administração Escolar e do Ensino Superior e Investigação Científica.

Fundação Cuidar o Futuro

ORDEM DO DIA

1. Decreto-Lei sobre a gestão dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário.

O Ministro da Educação e Cultura começou por enumerar as objecções levantadas ao diploma em referência pelo Primeiro Ministro e pelos Ministros da Coordenação Interterritorial e da Administração Interna, justificando as posições adoptadas pelo



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Subinte do Primeiro Ministro

SECRETO

- 2 -

MEC.

Assim, em defesa da composição prevista para o Conselho di
rectivo informou que o MEC teve a preocupação de não modi-
ficar desde já as situações de facto criadas em muitas es-
colas, para que os corpos formados pudessem aceitar a solu-
ção apresentada, criando-se deste modo um clima favorável
e que pouco a pouco, se possa ir evoluindo no sentido da
gestão que se pretende.

Quanto à atribuição de gratificações, mal que tem existido
sempre, o MEC não adoptou desde já a sua abolição porque jul-
ga que as implicações de tal medida criariam perturbações pe-
dagógicas no ano lectivo em curso e teve em vista provocar
agora o mínimo de reacção.

Quanto à proporção de número de docentes e discentes nos Con
selhos, informou que certas escolas têm pretendido até que
o número de discentes seja superior ao de docentes. Que a
tendência geral é para que sejam iguais. E que não seria a
ceite a superioridade do número de docentes.

Quanto à idade mínima dos alunos com capacidade para inter-
vir em conselhos directivos e de gestão, crê que não há in-
conveniente na participação de alunos de 14 anos, visto que

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

- 3 -

as finalidades de actuação são bem determinadas, pensando mesmo que a participação desses alunos tem vantagens para a sua formação. Além disso, estabelecer como limite os 16 anos impediria a participação dos alunos nos estabelecimentos de ensino secundário que não têm o ensino complementar.

O Ministro da Coordenação Interterritorial disse não atribuir grande importância às suas objecções.

O Ministro Magalhães Mota disse subscrever as objecções relativas à composição dos conselhos e à concessão de gratificações.

O Ministro Vitor Alves propôs que se passasse à votação dos pontos em discussão.

O Primeiro Ministro discordou da votação imediata sem se ouvir novamente o MEC, que, dada a sua experiência dos problemas, podia ter razões para adoptar determinada estratégia. Perguntou pois aos membros do MEC que achavam da votação.

O Secretário de Estado da Administração Escolar reconhece, bem como toda a equipa do MEC, que este diploma não corresponde ao ideal.

./.



Não se pode, porém, esquecer a situação explosiva a que, de facto, neste momento se chegou, sobretudo no ensino secundário, e da qual nem o Primeiro Governo Provisório teve culpa.

Alunos e professores reivindicam muito mais do que este diploma concede.

Acha que todas as objecções são tècnicamente pertinentes. Ele próprio não concorda com a paridade de professores e alunos, mas é a contrapartida que o MEC tem de dar à não aceitação do poder deliberativo das assembleias de escola, e fá-lo num esquema que se julga conter as possíveis limitações; nem com as gratificações, com que se pensa acabar quando forem revistas as remunerações dos professores; e acha inaceitável que as assembleias de escola tenham poder deliberativo, dificuldade que com o esquema previsto se pretende rodear. Mas acha que, politicamente, não se pode ir por enquanto mais longe. Soluções mais rígidas poderiam desfazer o equilíbrio instável de alguns estabelecimentos que funcionam razoavelmente e não permitir que se pusessem os outros a funcionar.

O diploma procura, pois, conciliar o tècnicamente desejável com o que parece possível. E se for cumprido em todos os estabelecimentos de ensino, representará uma grande vitória.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-5-

O Ministro do Trabalho acha que deve haver comissões constituídas por professores, alunos, pessoal administrativo e menor, mas que essas comissões, eleitas em assembleia geral, não devem ter gratificações, pois isso causaria instabilidade nas escolas, e as suas funções devem ser meramente consultivas, já que tem de haver responsáveis pela gestão da escola e não vê possibilidade de o MEC responsabilizar senão um delegado seu.

A sua proposta, que pretende ver votada, é, pois, a de que haja em cada estabelecimento um delegado do MEC, responsável pelo estabelecimento e com funções deliberativas, e um subdelegado para o ceadjuvar, previamente eleitos pelas bases e quando contestados, deverão ser substituídos.

Estes, sim, receberiam uma gratificação, visto que não foram abolidas as gratificações para situações semelhantes.

Haveria contacto constante entre a comissão consultiva, o delegado e o subdelegado. Mas entende que as assembleias, conforme já reconheceu em anterior reunião do Conselho, deveriam ser limitadas em número, com definição de um dia da semana para a sua realização, sábado ou domingo, de preferência, para não perturbarem a vida escolar. Acha indispensável que se proíba radicalmente que alunos interrompam as aulas a funcionar. E também que se tomem medidas firmes contra elementos que tenham a finalidade nítida de perturbar



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO - 6 -

a actividade normal das escolas.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros disse subscrever a ideia de que as assembleias prejudicam totalmente a vida das escolas. Mas não percebe a necessidade de delegados do MEC em cada estabelecimento, visto existirem reitores e directores, parecendo-lhe até. que os delegados, espécie de fiscais, criariam problemas terríveis.

O Secretário de Estado da Comunicação Social reforçou o ponto de vista do Ministro do Trabalho, entendendo que se devia garantir autoridade apenas aos que têm de dirigir as escolas.

O Ministro da Educação Nacional reafirmou que este diploma se destina à escola na situação em que neste momento se encontra, com alunos indisciplinados e professores que abdicam das suas funções. Corresponde a uma primeira fase de actuação em que se pretende criar a confiança capaz de levar as escolas a uma ordem que hoje nelas não existe e é indispensável ao respectivo trabalho. O MEC não perde de vista os objectivos a atingir. Mas teme que as reacções a este diploma, apesar de classificado de brando, sejam piores do que se espera.

O Secretário de Estado da Administração Escolar esclareceu que não há agora propriamente reitores e directores nas comissões



directivas presididas por um docente, que em algumas escolas, talvez a maioria daquelas onde as comissões têm funcionado bem, aparece mais ou menos como o antigo reitor, embora com a comissão atrás.

O Ministro do Trabalho crê que esses docentes não são vistos como delegados do Ministério. Por outro lado, está convencido de que a reacção funcionará ao contrário do que foi referido. Com as mudanças a que houve lugar, julga que o Ministério pode agora decretar as medidas que forem julgadas convenientes para o sector do ensino. Imagina que a tipografia pode ser contraproducente, e que medidas firmes levarão os próprios opo^sitores a pensar duas vezes. Se se pretende criar uma certa disciplina, acha que é agora^a altura de o fazer. A sua experiência mostra-lhe que tomadas de posição firmes surtem muitas vezes o efeito desejado.

A Ministro dos Assuntos Sociais reconhece que este diploma é uma tentativa de conciliar o desejável com uma situação explosiva. Acha positiva a intervenção dos estudantes a partir dos 14 anos no trabalho pedagógico da escola, mas receia que não estejam preparados para tomarem decisões a nível de conselho directivo, e a sua preocupação a este respeito aumenta perante



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO - 8 -

o sistema das gratificações, dada a vaga de oportunismo que grassa no País. (A este respeito o Secretário da Administração Escolar informou que os estudantes não teriam direito a gratificação).

Entende que os membros do Conselho directivo não devem receber gratificação, mas aquele que for ao fim e ao cabo responsável deverá ter determinada letra enquanto exercer essa função.

Também teme que, mesmo assim, o decreto não permita o apaziguamento da situação.

Reconhecendo que os alunos atravessam sempre um período de contestação, considera que é preciso encarar o aspecto dos professores e suas associações sindicais, e que seria essencial restringir os poderes dos professores não qualificados.

O Primeiro Ministro retirou as suas objecções.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica fez considerações na sequência da intervenção do Ministro do Trabalho, com o qual disse concordar.

Acha que uma atitude de firmeza é necessária já para a aplicação deste diploma.

Informou que em muitos casos não há presidente da comissão de gestão, porque os alunos não aceitam e os professores não con



seguem impor como tal nem sequer um aluno. As comissões fun-
cionam assim em democracia directa com 5,6,7 pessoas. E es
presidentes que existem não têm poder interno.

Em algumas escolas o número de alunos nas comissões é supe-
rior ao do conjunto de professores, pessoal administrativo
e pessoal menor. E muitas reivindicações são precisamente
nesse sentido. As assembleias julgam-se soberanas.

Pessoalmente também não concorda com muitas das disposições
do diploma. Mas crê que ir mais longe implicaria que também
em muitos outros sectores se fosse mais longe, isto é, que
ir ou não mais longe é um aspecto político global. Assim, a
proposta do Ministro do Trabalho isolaria o MEC e o Governo
teria de assumir a responsabilidade de fazer daí o ponto quen-
te, o que não sabe se se justificaria.

Limitar a idade da intervenção dos alunos aos 16 anos afas-
taria na verdade os estudantes de muitas escolas e seria con-
siderado atitude provocatória do Governo.

Crê que, se se conseguir impor a disciplina nas escolas, os
estudantes desertarão de algumas das suas actuais reivindi-
cações, os funcionários compreenderão, o trato com os estu-
dantes melhorará, ficando inserido no acto pedagógico que a
escola deve ser.



Entende que é preciso criar um clima que permita uma certa normalidade, ainda que à custa de firmeza, e dar tempo aos professores para recuperarem o prestígio que o fascismo lhes fez perder.

Informou ainda que o sindicato dos professores foi contra as gratificações.

O Primeiro Ministro concorda com a intervenção dos alunos, mesmo jovens, junto dos professores. Crê que o problema, mais do que nos alunos, está em que estes encontram à sua frente professores sabedores e prestigiados.

O Ministro do Trabalho concorda com o Primeiro Ministro e diz que a sua ideia não é que o MEC siga uma linha diferente dos outros Ministérios. No seu, não há comissões de gestão. Há um sistema perfeitamente democrático. Quando um chefe não serve, é substituído. Trabalha-se bem e muitas vezes para além do exigível. Acha que só dentro de um clima de entendimento e boa vontade, mas construtivo e disciplinado, se pode progredir, e ^{que} nada funciona sem uma hierarquia responsável.

Recordou depois os termos da sua proposta.



Votadas em alternativa a proposta do MEC e do Ministro do Trabalho sobre a forma de gestão das escolas, foi a proposta do MEC que venceu.

Votadas em alternativa a proposta do MEC e a do Ministro da Administração Interna relativamente à idade mínima dos estudantes com poder de intervenção, venceu igualmente a proposta do MEC.

O Conselho aprovou, pois, o diploma sobre a gestão dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário, e o MEC tomará em conta as considerações feitas, se assim entender.

2. Ano lectivo de 74/75

O Ministro da Educação e Cultura informou que dos contactos havidos na viagem até ao Porto ficou ao MEC a impressão de que também no ensino superior existem faculdades em que se trabalha muito dificilmente, até com conselhos dominados por alunos inscritos no 1º ano, que ainda não entraram para a escola.

Para os alunos do 1º ano, traz, pois, ao Conselho, duas hipóteses:

- entrada de nenhum aluno para o 1º ano;
- entrada para o 1º ano dos alunos inscritos nas faculdades onde haja lugar para todos os alunos nelas inscritos. O critério



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Substituto do Primeiro Ministro

SECRETU 12 -

de escolha foi posto de parte.

A favor da 1ª hipótese, a igualdade.

A favor da 2ª hipótese, o facto. de as escolas que podem admitir todos os inscritos serem aquelas cujos licenciados vão suprir as maiores carências de professores no ensino secundário.

Mantem-se a ideia de serviço cívico e da criação de cursos profissionais e de apoio cultural aos alunos que para o ano frequentarão a Universidade.

Pessoalmente não está especialmente sensibilizado a nenhuma das hipóteses, pois qualquer delas tem as suas dificuldades.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica referiu que ao longo da digressão pelo País encontraram, de uma maneira geral, muitas reticências, divisão de opiniões, mas não certezas para qualquer das hipóteses, o sentimento de que as escolas não se acham com forças para apoiar a solução que vier a ser tomada. Alguns professores acham que este ano não devia entrar ninguém para a Universidade. Boa parte dos estudantes está contra o serviço cívico, mas talvez esta atitude se altere se o Governo for capaz de expor firmemente a sua opção e pugnar por ela.

./.



O seu sentimento pessoal é que a 2ª alternativa é tècnica-mente inadmissível, pelo menos relativamente a algumas das escolas que afirmam poder receber todos os alunos inseridos, pois não crê na responsabilidade dessa afirmação.

Numa ou noutra hipótese, sempre se põe a questão do serviço cívico, voluntário mas com consequências. Reconhece as suas dificuldades, mas não vê outra solução.

Sabe que o MEC vai ter de ser duro em relação a algumas escolas e que precisará de muita força para impor uma disciplina sobre gestão no ensino superior. Mas a tibieza é apontada como defeito do Ministério, mesmo por aqueles que dela aproveitam. É muito importante o saneamento. E as medidas a tomar passam pelo aspecto financeiro.

É necessário que este ano não haja perturbação para que se possa pensar capazmente no próximo ano lectivo. E para o ano terá que haver uma selecção muito rigorosa.

O Secretário de Estado da Comunicação Social perguntou se não seria útil uma campanha de esclarecimento junto das escolas pelo MFA, como se tem feito com as campanhas de dinamização cultural.



O Ministro Vitor Alves acha que isso seria perigoso.

O Ministro da Economia manifestou o seu apreço ao MEC pela rapidês com que liquidou os dados para permitir a decisão. Acha que deve haver 1º ano onde isso seja possível e que o MEC fixe critérios de selecção nesse 1º ano diferentes do que até aqui se tem feito.

O Ministro Vitor Alves uma vez que de qualquer modo haverá problemas, também acha que devia entrar quem pudesse entrar.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Coordenação Interterritorial diz que é essa também a sua opinião, já exposta aliás em reunião anterior, e que vai mais longe, entendendo que deviam entrar os que pu dessem entrar, mesmo nas escolas onde não podem entrar todos os queopretendem.

Quanto ao ensino novo, está inteiramente de acordo e conside ra que o problema está em boas mãos. Mas entre ensino velho e nenhum ensino, pensa que é preferível o ensino velho. Quan to ao serviço cívico, já disse que o considera desejável, des de que voluntário, embora com estímulos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

O Ministro Mário Soares inclina-se para a entrada onde for possível. Quanto aos critérios de selectividade, lembrou que em França, depois de Maio, acabou por se voltar a critérios de selectividade. Sem ela não há progresso no ensino, que se torna anárquico. Quanto ao serviço cívico, a ideia parece interessante. Mas pergunta como vai ser possível na prática. Sabe que há grande resistência à obrigatoriedade do serviço cívico por parte de estudantes com quem contacta. Concorde, porém, com o serviço cívico voluntário com compensações para quem o preste.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Vitor Alves informou que é essa a solução que está prevista.

O Ministro Álvaro Cunhal reafirmou a sua opinião de que a selectividade ao nível de uma escola é inaceitável. A selectividade de escola a escola também lhe parece inviável, pois a diferença de situações entre escolas provocaria movimentos de solidariedade, além de que a diferença de situações relativamente ao serviço cívico faria com que aqueles a quem só essa possibilidade se oferecesse se considerassem uns malditos em vez de verem no serviço cívico vantagens como a de levar os jovens ao encontro da realidade, permitindo-lhes descobrir novos rumos possíveis para o seu futuro.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 16 -

SECRETO

Concorda que seria muito desejável não prejudicar nenhum estudante. Mas crê que isso não é possível. E sendo assim, julga que a melhor solução é não entrar niguém e haver serviço cívico voluntário com compensações.

Julga que o esquema proposto pelo Ministro da Coordenação Interterritorial paralizaria tudo.

A Ministra dos Assuntos Sociais, uma vez que ambas as alternativas exigem a criação do serviço cívico, concorda com o Ministro Álvaro Cunhal. Entrando alguns, o serviço cívico apareceria para os outros como uma espécie de castigo, quando o serviço cívico que se pretende é algo de muito positivo. Também é sensível à ideia de que o MEC precisa desde já de calma para orientar as coisas para o próximo ano lectivo. Vê igualmente vantagem no serviço cívico em si próprio, como nova maneira de aprender. Do seu controle o MEC tirará experiências de métodos verdadeiramente activos, indo ao encontro das realidades, com os benefícios que o Ministro Álvaro Cunhal antes apontou.

O Ministro Magalhães Mota enalteceu também o trabalho do MEC e o curto período em que foi levado a efeito. Percebe que o

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO 17 -

MEC não tenha optado por nenhuma das soluções. Haveria sempre reacção dos excluídos, mesmo na hipótese de exclusão geral, relativamente à qual isso não foi referido.

A ideia do serviço cívico precisa de ser lançada de modo a ser aceite pelos estudantes que agora se lhe opõem e de modo a que não se corra o risco de estragar com uma experiência improvisada uma ideia em si extremamente válida e útil e que merece ser institucionalizada.

Sugere que a solução seja debatida com o MFA e os partidos políticos, para que um e outros nela se comprometam. Informa que a sua posição hoje só pode ser pessoal.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente entende que qual quer das soluções tem inconvenientes e só será viável se o MEC puder contar com um apoio que não está na sua mão. É um facto que o serviço cívico será este ano desorganizado e improvisado. Quanto maior for o número de pessoas implicado, maior será a dificuldade. Acha por isso preferível que se admitam alunos onde isso for possível.

Entende que o serviço cívico deve ser obrigatório e para todos, fazendo-o os que entrarem nas férias grandes.

./.



O Ministro do Trabalho acha muito difícil a selecção para a entrada de parte dos alunos, porque é difícil estabelecer um limite, e porque seria altamente explorada. Concorde que é pena que se desperdicem potencialidades que existem, mas mesmo com o sistema proposto pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente é difícil fazer compreender aos alunos que vão logo para o serviço cívico que os outros irão depois. Seria sempre uma selecção. O Governo deve evitar assumir posições tão facilmente contestáveis como é necessariamente um critério de selecção.

Fundação Cuidar o Futuro

O Primeiro Ministro, em face dos elementos dados, concorda com a necessidade de uma actuação deste tipo carecer do apoio do MFA e dos partidos políticos, é pelo serviço cívico voluntário, sem 1º ano, básico, completado com preparação intelectual e beneficiando de compensações, tais como redução de tempo de serviço militar.

O trabalho intelectual complementar do serviço cívico incluiria disciplinas fundamentais para a preparação de cada indivíduo como são as línguas vivas e a matemática, esta tão necessária para a criação de uma actitude científica perante a vida.

Quanto à confusão inevitável, acha que os erros também são pedagógicos desde que não sejam irremediáveis.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 19 -
SECRETO

Concorda que é preciso coragem para não aproveitar as vagas que existem. Não sabe porém que confiança se poderá ter na informação das escolas.

A solução é difícil. Mas tudo dependerá da capacidade do Governo. Crê que se está em condições de encarar o problema. É indispensável que os partidos políticos meditem, dêem os seus pareceres, conversem com o MFA e com o MEC. Pede a ca da um ideias sobre o que os estudantes dos vários sectores poderão fazer no serviço cívico. Pensa que campos não faltarão para que os 28000 alunos possam trabalhar.

O que é preciso é firmeza, ideal, espírito de militância.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros levantou ainda a dúvida de como enquadrar esses estudantes, como realizar ideia indiscutivelmente tão generosa.

O Ministro do Trabalho respondeu que arranjará enquadramento.

O Secretário de Estado da Comunicação Social salientou que o problema tem sido visto pelo prisma do interesse dos estudantes, perguntando se, no interesse do País, pesará positiva ou



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

~~SECRETO~~
SECRETO

negativamente o facto de haver menos 28 000 licenciados daqui a 5 anos.

O Ministro da Educação e Cultura disse que é essa precisamente a dúvida que o faz hesitar entre as duas hipóteses que apresentou, pois sem ela se inclinaria decididamente para a solução de não entrar ninguém este ano.

O Secretário de Estado da Comunicação Social perguntou se se prevê para o futuro que a entrada continue livre ou que passe a ser condicionada tendo em conta as necessidades do País.

O Ministro da Educação e Cultura acha que deve passar a ser condicionada, mas não tem ainda elementos que lhe permitam dizer de que maneira.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica reafirmou a sua preferência pela solução de não entrar ninguém, com desenvolvimento dos argumentos que anteriormente expusera, e a convicção de que para o ano nem todos os candidatos poderão entrar, mas que este ano não é praticável um critério de selecção.

./.



SECRETO

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, salientando mais uma vez que o mal se agravará, recomendou profunda meditação sobre o problema que se vai criar, os seus reflexos no próximo ano e nos anos seguintes e em relação ao futuro.

O Secretário de Estado da Comunicação Social sublinhou que não seria apenas o serviço cívico a condicionar a entrada no ano que vem.

Depois de mais algumas informações prestadas pelo Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, o Ministro Vitor Alves perguntou se o Conselho se sentia já em condições de tomar uma opção entre as duas alternativas, e ao Ministro da Educação e Cultura em que momento precisava desta decisão.

O Ministro da Educação e Cultura disse precisar da decisão antes do Natal.

E o Conselho deliberou que a decisão seria tomada em próxima reunião, para que os partidos e o MFA pudessem ser consultados pelos seus representantes no Governo.



3. O Ministro das Finanças deu esclarecimentos sobre diplomas que distribuiu em Conselho para circulação por 5 dias, numa tentativa de poder responder desde já a possíveis objecções, dado que tem muita urgência na sua aprovação.
- 3.1. Referiu-se em primeiro lugar ao diploma que reestrutura o imposto sobre veículos, actualizando as respectivas taxas. O factor determinante do imposto passa a ser a cilindrada do motor em vez do preço do carro.

A este respeito, o Ministro Alvaro Cunhal informou que ouviu muitas opiniões e o imposto estava a causar muito descontentamento. Não sabe se seria de estimular o pequeno carro utilitário, ou se isso agravará muito o aspecto orçamental.

O Ministro das Finanças informou que o imposto dava 300.000 contos por ano e que a alteração vai dar outros 300.000 contos. Não lhe parece coerente que se fale em austeridade e no momento de agir se hesite. Julga que as grandes críticas surgiam para os carros grandes e velhos, com grande cilindrada, que eram muito agravados, o que já se corrigiu.



O Ministro da Economia discorda da reconstituição da coluna para os carros com mais de 10 anos o que, além de complicar a cobrança, estimula a utilização de veículos que implicam riscos sob o ponto de vista de segurança e levam a consumos elevados de combustível.

O Ministro da Administração Interna comentou a inclusão da coluna dos 5 aos 10 anos.

O Ministro Magalhães Mota, recordou a regra da circulação do diploma por 5 dias.

O Conselho aprovou, porém, o diploma, com declaração de voto do Ministro da Economia nos termos constantes da sua intervenção.

3.2. O Ministro das Finanças referiu-se depois a outro diploma, no qual as taxas do imposto sobre venda de veículos automóveis, já de si progressivas em função do preço, sofrem mais acentuada progressividade.

Quanto a este, salientou que é processo ter coragem de limitar o consumo de automóveis. Prevê-se um agravamento substancial,



SECRETO

ao qual previne o Conselho de que a opinião pública vai reagir.

O Conselho aprovou também este diploma.

- 3.3. Em 3º lugar, o Ministro das Finanças referiu-se ao diploma sobre fidalidade para as autarquias locais, que representa uma transformação importante do sistema fiscal, eliminando os adicionais para as câmaras e criando uma racionalização que permite ao Ministério da Administração Interna distribuir mais equilibradamente as receitas favorecendo as câmaras pobres em relação às ricas.

O Ministro Álvaro Cunhal perguntou se as Câmaras Municipais foram consultadas, já que o diploma representa uma alteração completa da administração municipal e é difícil, sem ouvir as câmaras, conhecer todas as suas implicações sociais e até políticas. Não se pode esquecer que há toda uma tradição de fidalidade das Câmaras, que se trata de um problema ligado à vida quotidiana de milhões de portugueses, que se trata na verdade de um diploma muito importante. Acha, por isso, que o simples facto de aparecer um diploma destes sem audiência dos directamente interessados pode levantar grandes problemas.



SECRETO

O Ministro das Finanças referiu os méritos do sistema previsto no diploma relativamente ao sistema anterior: maior racionalização para as câmaras e para os contribuintes, menor rigidez, maiores vantagens. Prevê que a Câmara Municipal de Lisboa ficará descontente, contentes as Câmaras rurais.

O Ministro da Administração Interna defendeu também o diploma.

O Ministro Vitor Alves salientou a contradição entre a consulta e a urgência.

Dado, porém, que o Ministro das Finanças admitiu que o diploma podia ser adiado por 6 meses, a sua apreciação será incluída na agenda do dia 30.

- 3.4. Quanto ao Fundo de Socorro Social, o Ministro das Finanças informou que se tinha constituído um grupo de trabalho para estudar o problema, mas que era preciso um diploma para que o Fundo continuasse a ter receitas, permanecendo como está, sem prejuízo de continuar a pensar-se que é necessário modificar o sistema existente.



A Ministra dos Assuntos Sociais reforçou a ideia de que é essencial que se aumentem as receitas do Fundo de Socorro Social.

O Conselho aprovou o diploma, com o pedido de urgência na modificação do sistema.

4. O Ministro Vitor Alves leu uma proposta do Ministro da Economia sobre a Metalúrgica Duarte Ferreira.

O Ministro da Economia informou que a proposta se baseou no inquérito há pouco terminado e sobre o qual não tivera tempo de se debruçar, subscrevendo não obstante a proposta dos Secretários de Estado.

Das pessoas indicadas para a comissão administrativa apenas conhece a primeira.

Acha que o número de membros da comissão deve passar para 5, pois 3 não chegam para a tarefa a desempenhar. A rapidez teve em vista evitar o agravamento social que a situação existente implicava.

*Salvo de Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes perguntou o que se entende relativamente à continuidade da laboração da Metalúrgica Duarte Ferreira.

O Ministro da Economia julga possível a reconversão, designadamente no caminho de a transformar em unidade construtora de tractores. Mas é hipótese a estudar.

O Ministro Magalhães Mota deu algumas sugestões relativas à reconversão da referida empresa.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Álvaro Cunhal considera a proposta muitíssimo oportuna. E acha que será bom que se chegue a tempo de evitar uma situação extremamente complicada. Por isso se deve agir com grande rapidez, publicando desde já um comunicado.

O Ministro da Economia informou que já se comunicara aos trabalhadores que o assunto era trazido a esta reunião do Conselho.

O Ministro Álvaro Cunhal perguntou se alguma das pessoas designadas fora proposta pelos trabalhadores.

./.

**SECRETO**

O Ministro da Economia julga que uma delas o foi. Mas como falta ainda designar mais duas, alguma delas pode ser também proposta pelos trabalhadores.

O Ministro Álvaro Cunhal sugeriu ainda que a proposta previsse a possibilidade de o pagamento do 13º mês, agora excluído, ser ulteriormente examinada.

Depois de uma breve discussão em que intervieram o Ministro do Trabalho, o Secretário de Estado da Comunicação Social, o Ministro das Finanças e o Ministro da Economia, o Conselho aprovou a proposta, deliberando suprimir a referência à exclusão do 13º mês e não tomar por enquanto posição relativamente a esse problema.

5. Apreciação do projecto orçamental para 1975.

O Ministro das Finanças começou por informar o Conselho das suas apreensões quanto à possibilidade de vir a atingir em 1975 a receita prevista. Não lhe parece que se possa prever uma receita ordinária maior que 54 milhões de contos, juntando aqui o que vai para as autarquias locais. Há uma margem de segurança, mas é sempre preciso deixar folgas.



SECRETO

A despesa ordinária, o ano passado, era de 31 milhões de contos. Este ano vão-se gastar 35 milhões, por causa dos aumentos do funcionalismo. Mas a despesa passaria para 48 milhões se se satisfizessem os pedidos dos Ministérios. Ora não se poderá ir além de 42 milhões. É pois preciso reduzir 6 milhões aos orçamentos dos Ministérios.

A despesa extraordinária será de 5 milhões e meio.

Era costume prever por baixo a receita e a despesa militar.

Este ano, o número que vem da Defesa não é fundamentado, por falta de elementos.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Melo Antunes acha que é de fazer uma grande redução nas despesas com Moçambique.

O Ministro das Finanças gostaria de discutir um orçamento verídico para fazer um orçamento equilibrado.

As despesas do OFMEU devem poder ser reduzidas a metade.

Convém ver na Defesa se é possível conter as despesas militares ^{em} 7 milhões. Se em material de guerra se pudesse chegar a um milhão e meio, poderia gastar-se mais em equipamento social.

./.

**SECRETO**

Referiu-se depois às verbas do Plano de Fomento e outras, com proposta, para as outras, de 6 milhões, considerando 3 milhões para auxílio aos territórios do Ultramar.

Não se pode contar este ano com constantes reforços de verbas.

Prevê um milhão e meio de subsídios à CP, para cobrir déficits de exploração, o mesmo ^{que} se deu este ano. Mas se o pessoal quiser aumento de vencimentos, terá de ser à custa do aumento de tarifas.

Para Plano de Fomento previu 14 milhões. A verba devia ser maior.

Para habitação social não devia ser menos de 5 milhões. A construção civil é muito importante porque emprega muita mão-de-obra, tem relação com muitas outras indústrias e envolve poucos bens importados. O efeito multiplicador tem muita importância, porque o dinheiro não sai. Ficam 9 milhões para o resto. É muito pouco, mas não vê que possa ser mais.

O déficit orçamental nunca excedeu 2 milhões.

Com a previsão de 8 milhões para despesas militares, 20 milhões e 700 mil para planos de fomento e outras, 9 milhões e 200 mil para despesa ordinária, irá este ano para os 10, 11 milhões. E para o ano iria para 20 milhões, o que seria catastrófico.



SECRETO

Pode dizer-se que aumentar as receitas para 59 milhões, seria pouca. Mas temos a economia deprimida, há empresas que não pagam contribuições, faltas de pagamentos fiscais enormes. Por outro lado, haverá, que trabalhar com a administração fiscal de que se dispõe, que não reage com facilidade. Não é realista admitir que se pode aumentar gradualmente a receita de um ano para o outro.

Estão em estudo algumas medidas, como aumento de impostos. Se em vez de 59 se conseguisse 63 ou 64 milhões, seria bom e daria para diuturnidades, etc.

Passar a despesa de 35 para 48 milhões é que é impossível. Não se poderá ir além dos 42, mesmo entrando em conta com todos os agravamentos que se prevêm.

Os responsáveis pelos Ministérios dirão quais os limites possíveis relativamente aos seus departamentos.

Os Ministérios têm agora uma composição bastante diferente para que os números do ano passado possam servir como termo de comparação. O critério que indica aos Ministérios para a elaboração do orçamento de 75, consiste em recorrerem ao seu orçamento corrigido de 74, mais 20%.

Analisando as propostas dos vários Ministérios, verificou-se o seguinte:

./.



SECRETO

O Ministério da Justiça reduziu o que pôde. Apresenta um aumento de 16%, o que é moderado. Não há muito a fazer, apenas acertos de pormenor.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros aumentou 15%, o que também é razoável.

Quanto ao Ministério das Finanças, a dívida pública devia estar em encargos gerais da Nação, bem como pensões e reformas, e os imprevistos, que se destinam a servir o orçamento geral do Estado, também não deviam estar no Ministério das Finanças.

Pròpriamente do Ministério a verba maior é o da Secretaria de Estado do Orçamento que vem da Guarda Fiscal. O número tem de ser reduzido. Mas tem de ser grande mesmo assim, por funções que pertenciam à DGS, tais como o controle de fronteiras. Por outro lado, tiveram aumentos muito superiores aos dos funcionários civis. Os outros serviços não vão além dos 20%.

O Ministério da Economia tem 50 mil contos no Ministério das Finanças.

Muitos Ministérios tinham verba para despesas confidenciais e reservadas.. A este respeito, propõe que se crie um fundo único



para toda a Administração Pública, ligado ao Primeiro Ministro, intergrado no seu Gabinete e ligado ao Ministério das Finanças. Quem precisar de o utilizar pedirá ao Primeiro Ministro.

O Ministro Magalhães Mota informou que o normal em várias legislações é estar no Ministério da Defesa e dos Negócios Estrangeiros. Há também rubricas na Chefia do Estado, ligadas ao Parlamento ou ao Primeiro Ministro ou soluções mistas que se chamam encargos gerais da Nação ou equivalente - gastos reservados sujeitos a controle.

Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado do Orçamento informou que tais verbas só foram mantidas na Secretaria Geral da Presidência da República, no Estado Maior General das Forças Armadas e no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Ministro das Finanças disse que a verba não era grande mas convinha definir a orientação.

O Conselho deliberou que se mantivesse a orientação referida pelo Secretário de Estado do Orçamento.



Quanto a encargos gerais da Nação, O Ministro das Finanças disse que o assunto tinha de ser melhor estudado. Que havia uma redução.

O Ministro Magalhães Mota referiu-se às verbas que existiam em todos os gabinetes para distinções honoríficas. Propôs que fossem suprimidas de todos os gabinetes, ficando apenas nos Negócios Estrangeiros.

O Ministro das Finanças julga que nas previsões do Ministério da Defesa há erros que vai tentar corrigir, porque a Marinha traz um aumento de 19% e o Exército de 51%. A correcção de erros antigos só será possível por uma comissão.

O Ministério da Coordenação Interterritorial apresenta pequenos aumentos.

O Ministro Magalhães Mota referiu que se todos os Ministérios tentassem confinar os seus aumentos à percentagem de 20% se adiantaria esta primeira fase do trabalho.

O Ministro das Finanças continuou a fazer a análise relativa aos vários Ministérios.

Disse que o Ministério da Administração Interna não levantava



SECRETO

grandes problemas mas tinha alguma coisa para cortar porque saiu de lá a DGS.

O Ministro da Administração Interna referiu que a DGS apenas consumia 200 mil contos do orçamento do Ministério. Quanto aos serviços novos, são à custa de indivíduos que vêm de outros departamentos.

O Ministro das Finanças referiu que os outros departamentos não fizeram, porém, as reduções correspondentes à saída desses indivíduos.

Salientou que a maior parte dos departamentos propõe grandes aumentos de pessoal. Que o Ministério da Administração Interna precisa de algumas correcções e o Ministério da Economia de muitas.

O Ministro da Economia lembrou que recebeu serviços de outros Ministérios, tem mais Secretarias de Estado, recebeu serviços com despesas de compensação e receitas, e tem ainda novos serviços.

O aumento efectivo são 486 mil contos, mais de metade da Secretaria de Estado da Agricultura, que é preciso dotar com meios dada a sua acção que se prevê para o próximo ano.



SECRETO

O Ministro das Finanças pediu ao Ministro da Economia que fizesse um esforço para se aproximar do critério indicado para os aumentos.

Quanto ao Ministério do Equipamento Social e do Ambiente tem bastante despesa, mas reconhece que houve grande alteração de composição. Acha que a discussão sobre a Secretaria de Estado da Marinha Mercante tem se ser retomada, com o que o Ministro do Equipamento Social concordou.

O MEC é dos Ministérios mais caros. A previsão é de 8 milhões e 130 mil contos. Tendo em conta a regra dos 20%, pede que não se excedam os 9 milhões e 700 mil.

O Secretário de Estado da Administração Escolar declarou-se aberto aos cortes necessários dentro do contexto global. Informou que o aumento quanto à situação global era de cerca de 42, 43% - 3 milhões e 800 mil contos, devido fundamentalmente ao ensino propriamente dito, com 80% para pagar pessoal. Não se propõe aumento de quadros em qualquer serviço. Os aumentos incidem exclusivamente em pessoal dos estabelecimentos de ensino, criados 5 mil lugares no ensino primário, aumentando o ensino secundário em 6 mil alunos, aumentando o número de alunos no ensino superior.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

- 37 -

Os cálculos feitos com base no que se gastou no último trimestre de 74 foram extrapolados para 75, sem contar com qualquer aumento relativo ao último trimestre de 75. O dinheiro não chega para pagar ao pessoal. O Governo quase tomou compromisso de os vencimentos do professorado do ensino primário e preparatório ser aumentado. O diploma do aumento de remunerações saiu com pagamento de horas extraordinárias. O MEC continuou a pagar como antigamente. Surgiu o movimento do professorado. Se se interpretar esse decreto-lei por forma a considerá-lo aplicável, o que, de resto, os juristas entendem, terá de se pagar mais 200 mil contos não incluídos na estimativa apresentada.

O Ministro Magalhães Mota salientou que as propinas são as mesmas de há 30 anos.

O Secretário de Estado da Administração Escolar pensa que o melhor seria ver com o Ministério das Finanças qual a possibilidade de, com os elementos de que se dispõe, fazer a redução.

O Secretário de Estado do Ensino Superior disse que as Faculdades têm pedido pessoal docente. Que o Instituto de Oncolo-

*Submetido ao Primeiro Ministro*

gia tem uma verba enorme. As associações de estudantes não têm dinheiro. Para elas previram-se 100 mil contos a cortar. Novos cursos, cursos politécnicos supõe serem a única salvação para 75/76. As verbas de investigação mais não dão que para pagar 4.500\$00 aos investigadores.

O Ministro das Finanças salientou que é um problema do Governo apresentar ao País 20 milhões de déficit.

O Secretário de Estado da Administração Escolar disse que as contas feitas têm como presuposto a forma como se está a trabalhar. É questão de ter a coragem de dizer ao País que não se pode gastar mais e rever a situação.

A verdade é que, tal como os professores, ainda ninguém percebeu o que quer dizer a austeridade de que se fala nos jornais. Este é o desafio que é lançado ao Governo e que ele terá de ver se é capaz de assumir ou não.

O Ministro da Educação e Cultura disse que não tinha perfeito conhecimento de todos estes orçamentos. Concorde em que se poderá fazer cortes em alguns campos. Crê que a investigação não está a dar rendimento para a despesa que implica. O

**SECRETO**

que a revisão não pode ser feita de um momento para o outro. Está disposto a fazer apenas o que for possível e a cortar o que for necessário.

O Ministro das Finanças pediu que se tentasse não exceder os 10 milhões.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica salientou que a discussão de um orçamento é a discussão de uma política. Nenhuma revolução se fez sem sacrifícios. Mas que se exponha claramente o que se pretende. E que se corte coerentemente em todos os pontos.

O Ministro das Finanças, continuando a sua análise, disse que no orçamento do Ministério do Trabalho os números apresentam uma diminuição.

O Ministério dos assuntos Sociais apresenta um aumento de 2 milhões e 600 mil contos. Também há serviços que transitaram. Mas supõe que o Ministério aproveitou para passar para o orçamento geral do Estado verbas que estavam na Previdência, o que estaria certo se o orçamento estivesse desafogado.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 40 -

SECRETO

A Ministra dos Assuntos Sociais disse que as verbas da Previdência estão muito dispersas.

Perante esta situação e dado que começou com um enorme déficit da Previdência herdado do regime de antes do 25 de Abril e do Primeiro Governo Provisório, encontra-se com um encargo que sobrecarrega muito o orçamento. Cerca de 32% destina-se a aumentos dos vencimentos do funcionaleismo. O Ministério tem cerca de 50 mil funcionários, metade pagos pelo Orçamento Geral do Estado. A rede da saúde dos hospitais distritais tem que passar para encargos do Estado em termos gerais. Quando se clarificar poderá conseguir-se certa cobertura, mas por enquanto é uma despesa muito grande. Grande parte dos funcionários da Previdência passam, a partir de Janeiro, a estar sujeitos ao estatuto dos funcionários públicos sem perda dos seus direitos e a sua situação era mais favorável que a destes. Há serviços que não produzem nada. Outro problema é que o Ministério paga de renda de casa por ano 180 mil contos.

Não sabe se será de por o problema da construção de edifícios próprios para os Ministérios.

Há verbas que não se justificam, como a da luta contra a tuberculose. Mas há outros que faltam, como é o caso da luta psiquiátrica, que não tem nada. É-lhe pedida uma redução de que não sabe se será capaz.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRET@ -

O Ministro Vitor Alves salientou que a política que agora se pretende incide muito no Ministério dos Assuntos Sociais. E é preciso ver a política que este Governo pretende seguir.

O Ministro Magalhães Mota salientou que o critério apresentado pelo Ministro das Finanças para limitar o aumento dos orçamentos não é um critério político. Pensa que há que ir para outro aspecto da política orçamental. Aspecto que ressalta e é fundamental é o do elevado custo de determinados serviços em relação à sua eficácia. Aí haverá que tomar medidas que vão atingir fundamentalmente as despesas com o pessoal.

Também parece evidente que não seria correcto ir para a política do despedimento. Mas poderá tentar-se obter o maior rendimento possível dos funcionários existentes, transferindo funcionários para serviços onde possam ser mais necessários. Isto implica acções de formação e reciclagem. Há pois que montar em relação à função pública acções deste tipo e acabar com certas tradições elitistas. Em relação à repartição do pessoal restante, seguir-se-ia uma política definida no encaminhamento para determinados sectores, pela necessidade de emprego, de política social, etc. Há muita coisa a racionalizar.

./.



O Secretário de Estado da Administração Escolar frizou que é preciso introduzir o controle da rentabilidade no Estado, que até aqui se limitava ao controle financeiro. É fundamental que exista um sistema de controle a sério do orçamento, que se saiba como se está a gastar o dinheiro; é necessário formar o pessoal pois a baixa rentabilidade deste resulta da sua deficiente formação. Por outro lado, exemplo de racionalização será na verdade arrancar imediatamente para a construção de edifícios para serviços públicos sem grandes preocupações arquitectónicas, que permitam resolver o problema das rendas de casa a curto prazo. É necessário que se vá para uma metodologia completamente diferente, com estruturas simplificativas.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente concluiu que o que fica é que além do elevado número de funcionários, todos têm a noção do seu baixo rendimento. Além das comissões de saneamento que existem em todos os serviços e cuja grande preocupação se dirige apenas para os quadros, talvez devesse haver também comissões de inquérito ao rendimento da actuação dos diversos serviços. Há já um estudo muito bem feito do rendimento do Fundo de Fomento da Habitação nos últimos anos, feito no domingo de trabalho, que mostra a falta de rendimento do serviço. Há três semanas começou aí a haver uma viragem



só porque à frente do serviço se colocaram três pessoas disciplinadas e disciplinadoras. É preciso que se institucionalize a ideia de que se deve trabalhar com as unidades necessárias.

O Ministro do Trabalho salientou que o problema do funcionalismo se insere numa problemática geral do País. Está de acordo com muito do que disse o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente. Há baixo rendimento de pessoal, embora não tenha razão de queixa no seu Ministério. Parece-lhe necessário que cada departamento faça um estudo do pessoal estritamente necessário ao desempenho das respectivas funções. O pessoal necessário é normalmente perturbado no serviço pelo pessoal excedentário. Está a fazer um estudo nesse sentido. Nele prevê a criação de uma central de adidos para onde iriam os que sobrassem depois de tiradas as consequências desse estudo. Prefere pagar a esses funcionários e tê-los fora do serviço a tê-los dentro do serviço a causar perturbação. Há que pensar numa total reconversão. Também criou uma Inspeção-Geral para detectar as falhas que eventualmente existam, fazer relatórios, atender queixas, etc. Quanto à falta de quadros e bases muito largas a que é costume fazer-se referência, verifica que em vários serviços acontece precisamente o contrário - pirâmides praticamente invertidas.



Quanto ao orçamento, havia uma grande irresponsabilidade - a ideia de que o dinheiro tinha de ser gasto. É preciso um controle apertado das despesas. Acha que o controle deve ser feito quinzenalmente. Veria com bons olhos que fossem aumentadas as despesas relativamente aos investimentos principalmente em sectores como energia, matérias-primas, construção civil, etc. para suprir a crise de desemprego e criar bases para o desenvolvimento económico futuro.

O Ministro Melo Antunes disse que a discussão do orçamento só faz sentido se for definida uma política económica relativamente ao próximo ano com um mínimo de coerência. O plano económico-social dirige-se ao ano que vem. O orçamento tem de ser discutido relativamente às grandes opções a tomar para esse período.

É preciso ter a coragem de investir os dinheiros públicos nos sectores considerados prioritários e não nos outros.

Quanto à administração pública, a rentabilidade tem de ser revista. Não há que ter esperança em resultados imediatos. Também é preciso a reforma das mentalidades em torno dos objectivos nacionais que hão-de estar previstos no plano.

**SECRETO**

A contestação de toda a autoridade, de toda a disciplina, é uma ideia errada que se confundiu com a democracia, e acabaria por instaurar o reino da irresponsabilidade neste País. Mas a reforma das mentalidades não se faz por decreto.

O Ministro Álvaro Cunhal verifica que não há grande aumento de despesas nem de receitas em termos reais.

Por outro lado, é grande o volume das despesas extraordinárias relativamente às ordinárias, o que é favorável em termos de orçamento. Há que ver em que medida podem ser cobertas pelo crédito. Outro aspecto é o milhão de contos de imprevistos que pode ser que seja muito escasso numa situação como a que atravessamos. Num orçamento para 75 seria conveniente acautelar uma soma mais importante para esse efeito.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu o mau efeito que poderá ter o aparecimento tardio do orçamento.

O Ministro das Finanças disse que nos anos anteriores os números eram muitas vezes ao acaso.

Propõe um programa segundo o qual os Ministérios grandes, onde há muitas despesas, trabalharão no orçamento nos dias a



seguir ao Natal ou mesmo antes.

Voltando ao problema das linhas gerais, concorda que em termos reais o orçamento não está a expandir.

A estrutura fiscal portuguesa é que responde pouca à inflação. É preciso inventar em Portugal um sistema fiscal eficaz.

Para o planeamento de actividades futuras está prevista a vinda a Portugal de ^{um} consultor do Fundo Monetário Internacional, um consultor americano, e um consultor escandinavo.

Quanto à cobertura das despesas extraordinárias pelas receitas ordinárias, há que ter em conta que no nosso País a poupança está a desaparecer. E enquanto os problemas não se resolverem, o Estado deve poupar. É preciso ser muito prudente na apreciação das despesas para se ficar com uma certa margem de reserva.

O Ministro Vitor Alves lembrou que o Ministro Álvaro Cunhal disse que um dos pontos que pode beneficiar este orçamento é o crédito externo, que também considera importante. Acha que não se tem dado muitos incentivos ao crédito externo. E chamou a atenção do Conselho para os sinais que é necessário dar se queremos que esse crédito venha.



SECRETO

6. Diplomas sobre política de crédito.

O Ministro das Finanças trouxe ao Conselho 13 diplomas e avisos sobre política monetária.

- 6.1. Considerou como mais importante o relativo ao aumento de 1% das taxas de juro dos depósitos. Reconhece que essa medida vai encarecer os encargos financeiros das empresas, tornar os financiamentos à construção civil mais caros, pode desencorajar a construção privada, pois mesmo que a Caixa Geral de Depósitos venha a fazer sacrifícios, prejudicando a sua rentabilidade, ou compensando com outras operações, vai ter de elevar as taxas de empréstimo, o que assusta as pessoas.

Mas dado que Portugal é dos países da Europa que têm esta taxa mais baixa, tendo uma taxa de inflação alta, as pessoas que depositam na Caixa Geral de Depósitos perdem muito ao ano.

Os emigrantes podem colocar dinheiro em França a taxas muito mais elevadas que as nossas. Acha, por isso, que não se pode evitar um aumento da taxa de juro, e que o momento próprio é este, em que os emigrantes, muito sensíveis a estes aumentos, estão a chegar.

Há também a considerar, em seu entender, um aspecto moral, pois a verdade é que se está a explorar os emigrantes.



Reconhece que não é com este aumento que se resolve a situação. Que em breve se cairá na indexação das taxas de juro e não só. Que o diploma vai criar reacção. Mas que é necessário e se alguma crítica merece é que é demasiado tímido.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente chamou a atenção do Conselho para as grandes implicações que este aumento vai ter na construção civil, sobretudo na construção de habitações, porque cria encargos muito elevados para a nossa população. Acabará com o mercado da casa para rendimento. Se não se derem facilidades de financiamento, agravar-se-á ainda mais o problema da construção civil.

O Ministro das Finanças vai tentar que a Caixa Geral de Depósitos prejudique a sua rentabilidade ou compense com outras operações. Mas acha que o problema é sobretudo de ordem psicológica. Informa que em Inglaterra, por exemplo, se paga 16% para se conseguir um empréstimo para habitação, e mesmo assim as pessoas fazem bom negócio, pois as casas valorizam-se constantemente.



O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente acha que esse argumento só valeria se as rendas fossem indexadas.

O Ministro das Finanças reconhece que se não se quiser destruir o negócio da habitação privada será na verdade necessário indexar as rendas.

Reconhece a existência do problema da construção civil. Mas parece-lhe que deixar fugir a poupança dos emigrantes é muito mais grave.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente propõe como solução que se estude o problema tendo em conta que os empréstimos à construção não devem ser uniformes, podendo limitar-se os prazos e elevar-se os juros mas apenas para as casas de valor mais alto. Pensa que tudo se resolveria com um banco de construção ou de investimento.

O Ministro da Economia aplaude o Ministro das Finanças por aumentar a taxa de juro, criando condições atractivas à poupança. Dado que a protecção à liquidez é um factor de confiança, aplaude também as medidas de mobilização mais fácil de depósitos.



Por outro lado nota que a nossa taxa de redesconto é mais e levada que a de muitos outros países da Europa. E pensa que talvez se devesse forçar mais a nota neste instrumento, tornando-o mais incentivador ou mais punitivo. Refere que os emigrantes são efectivamente sensíveis ao juro, muitas vezes mais ainda ao câmbio e mais ainda à tranquilidade relativamente ao seu dinheiro. Há pois que fazer um esforço no sentido de acalmar os ânimos e mexer no câmbio.

O Ministro Vitor Alves pôs o diploma à aprovação, tendo em conta a preocupação manifestada pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente no sentido da diferenciação da taxa de juro dos empréstimos.

O Conselho aprovou o aumento proposto.

O Ministro das Finanças referiu que já existe diferenciação, que o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente considera insuficiente, e disse que, quando se tomar conta do Crédito Predial Português, acha que este deverá ser um banco especializado em habitação, o que não significa que a Caixa Geral de Depósitos não continue a desempenhar a função que até aqui tem desempenhado.



SECRETO

6.2. O Ministro das Finanças fez seguidamente considerações quanto a outros diplomas constantes da nota explicativa que distribuiu, referindo designadamente a preocupação de levar os bancos a interessar-se mais pela construção civil e pela concessão de créditos às pequenas e médias empresas, e de regular o redesconto no Banco de Portugal.

Disse que há bancos que recorrem muito ao crédito e outros muito pouco. Acha que merecem crítica os que recorrem pouco ao Banco de Portugal, porque estão a emprestar pouco, criando dificuldades aos seus clientes.

Propõe um sistema orientador do apoio que cada banco deve procurar junto do banco central, variável com a conjuntura. Para a fase posterior, a ideia é estabelecer sanções.

Também considera muito importante o abaixamento das taxas de liquidês, que dá aos bancos possibilidade de expandir o crédito, para compensar o efeito do entesouramento.

O Ministro da Economia salientou que as oito primeiras medidas estão ligadas, propondo, por isso, que relativamente a elas o Conselho dê ao Ministro das Finanças a sua confiança.



SECRETO

A um pedido de explicação do Ministro Melo Antunes, o Ministro das Finanças respondeu que não se pode seguir uma política que não seja restritiva, o que tem perigos inflacionistas mas evita perigos de desemprego.

O Conselho deu a sua confiança ao Ministro das Finanças quanto aos primeiros oito pontos.

- 6.3. Os diplomas referidos dos pontos 9 a 13 entrarão em circulação pelo prazo de 5 dias.

Foi deliberado não contar, além dos sábados e domingos, como é habitual, as próximas 2^a, 3^a e 4^a, pelo que este prazo terminará no dia 31.

7. Competência legislativa do CEMGFA e do Governo Provisório sobre assuntos de interesse comum.

A proposta apresentada pelo CEMGFA foi aprovada pelo Conselho de Ministros.



8. Apreciação do projecto do diploma que cria o quadro geral de adidos.

O projecto foi aprovado pelo Conselho com alterações a introduzir pelo Ministro da Coordenação Interterritorial.

9. Apreciação do projecto de lei orgânica do Ministério da Administração Interna.

Visto que apenas os Ministros da Economia, das Finanças e Me-
lo Antunes levantaram objecções a este projecto, o Conselho
aprovou-o na generalidade e deliberou que os três referidos
Ministros o discutissem na especialidade com o Ministro da
Administração Interna e elaborassem a respectiva redacção fi-
nal.

10. O Ministro da Administração Interna informou o Conselho de que no dia 18 o recenseamento atingiu cerca de 60% dás eleitores. E de que, na data ^{da} presente reunião, foi adjudicado o fabrico das urnas, por cerca de 2 mil e 300 contos.



SECRETO

11. O Ministro da Economia apresentou ao Conselho a proposta da intervenção do Estado na Propam.

O Conselho concordou com a suspensão dos actuais administradores, o que o Ministro da Economia informou dar expressão jurídica a uma situação de facto, bem como a nomeação ^{com} da comissão administrativa proposta.

O Ministro da Economia esclareceu, em resposta à Ministra dos Assuntos Sociais, que a situação anormal existente era do conhecimento público.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Magalhães Mota salientou a necessidade de se assegurar a desocupação, uma vez que na empresa há dois grupos antagónicos e uma situação bastante acesa.

Finalmente a proposta foi aprovada pelo Conselho.

12. O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informou que a AGPL precisa de comprar uma grua de 45 mil contos. Já tem duas outras instaladas, ambas adquiridas mediante concurso público, uma a uma firma estrangeira e outra a uma firma nacional, a MAGUE. Propos que o presente contrato se faça por adjudicação directa



SÉCRETO

Àquela firma nacional, que oferece condições de preço com que os serviços concordam, condições essas que serão ainda mais favoráveis se também se lhe comprarem duas gruas que é necessário instalar no Porto.

O Conselho aprovou.

O Ministro da Economia concordou embora concorde com o princípio das compras à indústria nacional, aconselhou que em outras oportunidades se proceda com mais habilidade, fazendo um concurso nacional restrito, ou internacional com condições tais à partida que liquidem os concorrentes estrangeiros, isto para evitar observações dos comerciantes estrangeiros e reprovações diplomáticas.

13. O Ministro das Finanças referiu-se, por último, às reivindicações dos bancários, com reflexos sobre os bancos nacionalizados, salientando o facto de o alargamento de remunerações e demais garantias pretendidas pelos bancários por em causa tudo quanto até aqui o Governo aprovou sobre contratação colectiva.

O Secretário de Estado do Tesouro citou os casos concretos dos Bancos Espírito Santo e Português do Atlântico, onde se tem ve-



SECRETO

rificado ocupação das instalações até de madrugada, reuniões em horas de trabalho, com pressões de toda a ordem no quadro de uma luta bem definida. Procura defender as instituições de crédito público.

Como não tem cedido às pressões, acusam-no, vexam-no, não aparecem no Ministério do Trabalho.

Trata-se de lutas selvagens dominadas pelo MRPP, organizadas por bancos que procuram isolar o Estado para que depois se possa dizer que as regalias já estão obtidas na banca privada, pretendendo assim criar uma situação de facto e obrigar o Secretário de Estado do Tesouro a ceder, por coacção. Esta classe distancia-se cada vez mais das outras classes portuguesas, especialmente do sector público. Já em 1972 era considerado perigoso deixar criar grandes disparidades entre vencimentos do sector público e do sector privado.

A situação do Banco Português do Atlântico é ainda pior e agravada pelos comunicados que a rádio transmite.

Para quem tem a responsabilidade de orientar o crédito, a situação é de pânico. Aumentam os levantamentos e consequentemente o entesouramento. A taxa de juro não paga a desconfiança no sistema. As entidades estrangeiras reagem. Obriga a um desgaste permanente para o qual o sector público não está preparado.



Acha que o Governo tem de tomar medidas duras; que todas as regalias obtidas a partir do início do contrato colectivo devem ser anuladas por ilegais; que as reivindicações devem ficar suspensas; que os saneamentos devem ser investigados por uma comissão de inquérito.

Pede firmeza ao Governo para resolver esta situação.

O Ministro Magalhães Mota pensa que há pontos a salientar. Está-se a admitir uma confusão e a apropriação indevida do termo trabalhador por uma classe perfeitamente privilegiada no contexto da sociedade portuguesa.

Os bancários precisam que a população conheça as condições em que estão a trabalhar e a viver.

Por outro lado, pensa que tem havido intervenções junto de vários órgãos da informação e nunca houve nenhuma relativamente ao RCP, cuja actuação tem sido extremamente grave em relação a vários casos que focam vários Ministérios.

Por último, dados^{os} prejuízos causados à economia nacional e à sobrevivência do País pelo comportamento dos bancários, não conhece nenhuma outra espécie de actividade que mais se enquadre na noção de sabotagem económica.



SECRETO

O Ministro Melo Antunes participa das preocupações do Secretário de Estado do Tesouro e apoia o seu pedido de medidas concretas e as palavras do Ministro Magalhães Mota.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros intervém no mesmo sentido. No momento em que se vai aprovar um plano para ver se se criam condições de sobrevivência para o País, crê que será demagógico e incoerente transigir com situações deste tipo, pois a situação tornar-se-à completamente impossível se ^{não} forem definidas as regras do jogo.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Álvaro Cunhal lembrou que a luta reivindicativa dos bancários tem tradições dos tempos do fascismo. Não pode, por isso, em sua opinião, merecer agora um juízo sumário. Há reivindicações irrealistas, na verdade, e é preciso uma intervenção moderadora.

O que tem acontecido nos bancos é que quando o sindicato se atraz, avançam os demagogos e muitas vezes o sindicato vai na cauda das reivindicações.

É preciso que a luta seja melhor conduzida. Há dificuldades antigas entre a Secretaria de Estado do Tesouro e os bancários. Houve reuniões com indivíduos que não representam os sindicatos. Criou-se uma situação difícil e anormal, um ambiente mau.



Crê que a melhor maneira de resolver o problema será chamar os interessados e dialogar com eles, sem dramatizar demasiado a situação.

O Secretário de Estado da Comunicação Social surpreendido com o que foi dito acerca dos meios de informação, disse ser problema da comissão ad hoc, e pediu que os casos concretos fossem comunicados para se concertar uma acção conjunta e se evitar que essas coisas aconteçam.

A Ministra dos Assuntos Sociais exprimiu opinião semelhante à que antes exprimiu o Ministro Magalhães Nota. Por outro lado, acha que não bastam os méritos que a classe bancária tenha tido no passado. É preciso que dê agora as suas provas.

O Ministro Melo Antunes também acha que, por maiores que tenham sido os seus méritos, nada justifica que tenham agora um comportamento contra-revolucionário. Julga que os trabalhadores bancários são uma aristocracia dentro da classe trabalhadora e permitir distorções salariais graves dentro das classes trabalhadoras é caminhar para uma situação em que a breve trecho não se poderá ter qualquer comando das situações.



O Ministro da Administração Interna perguntou ao Secretário de Estado do Tesouro se os seus interlocutores na abordagem dos problemas salariais são os mesmos que levantam os problemas dentro dos bancos.

O Secretário do Tesouro respondeu que os que dialogam com ele se portam bem, são compreensivos, dizem que têm dificuldades, dizem que as relações com o Secretário de Estado do Tesouro se têm deteriorado. A verdade é que se se têm deteriorado é porque ele não tem cedido. Um desentendimento que houve, foi, aliás, esclarecido.

Por outro lado, no contrato colectivo de trabalho, o Secretário de Estado do Tesouro foi contra os grêmios e foi frontalmente para aquilo que parecia justo.

Julga que as reivindicações correm em clima de indisciplina e anarquia. Julga que as pessoas não são as mesmas. Sente que não há liderança nas reivindicações. Mas os seus interlocutores defendem as reivindicações quando as apresentam.

O Ministro da Administração Interna perguntou se tem havido aceitação das entidades patronais.



SECRETO

O Secretário de Estado do Tesouro disse que as entidades patronais têm cedido alguma coisa, porque a isso se vêm coagidas.

O Ministro Vitor Alves concorda com as posições anteriormente assumidas no sentido de que essa classe não está neste momento a auxiliar o processo democrático.

O Ministro da Coordenação Interterritorial está de acordo com as intervenções feitas, mas soluções concretas só encontra duas: dialogar com os bancários, denunciar publicamente a sua actividade como sabotagem económica. Gostaria que fossem apresentadas mais soluções concretas.

Por outro lado, salienta que este problema se insere no problema mais geral da crise de autoridade.

Também acha que a excessiva brandura não será talvez o melhor serviço a prestar à democracia.

O Ministro da Economia acompanha o Secretário de Estado do Tesouro. Considera preocupante a dificuldade que o sistema económico tem em funcionar nestas condições, não falando já nas repercussões a nível internacional.



O problema é, na verdade, o do sistema em geral

Para que o mandato dado ao Governo seja cumprido, para os passos em frente, terá de haver uma contrapartida.

A propósito de uma distribuição de gratificações que aliás acha justa, acaba de ser impedida a entrada numa fábrica a todos os quadros, com o grande prejuízo de ficar impedido o funcionamento de um serviço importante.

Se as coisas continuam a processar-se deste modo, será difícil vencer a crise. O problema é saber se a crise vai mobilizar ou destruir.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro das Finanças repõe a medida concreta anteriormente proposta de que as reivindicações arrancadas pela violência não sejam consideradas válidas.

O Ministro Álvaro Cunhal mantém a opinião várias vezes manifestada de que as reivindicações em causa não correspondem à situação e são de evitar. Este caso é como foi o da TAP e outros.

Outro ponto é dialogar apenas com as comissões sindicais.

Continua a pensar que esta classe tem elementos muito válidos, que servem a situação democrática. Que haveria vantagem



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO 63 -

em chamar os bancários e discutir com eles a forma de não permitir tipos de actuação que estão fora do quadro da luta reivindicativa.

Quanto ao caso da Siderurgia, referido pelo Ministro da Economia, informa que foram para lá pessoas para ajudar a rebater a violência que se estava a preparar.

Entende que não é possível resolver os problemas sem falar com as pessoas que mais interessadas estão em ajudar a democracia e o Governo Provisório.

Acha que é preciso distinguir as várias posições e procurar aqueles que mais válidamente podem dialogar.

O Secretário de Estado do Tesouro informa que não se considera neste momento bom interlocutor, embora não se recuse a dialogar.

Pensa que convem que outra entidade faça o ponto do que se passou e procure: invalidar coisas anormais, visto que havia negociações em curso; entregar o saneamento a comissões de inquérito constituídas por pessoas idóneas que não decidam sem prova e julgamento; evitar plenários dentro dos bancos, que além de serem actos de indisciplina e provocação causam perturbações na opinião pública que assiste.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO -

O Primeiro Ministro disse não poder deixar de se preocupar com o que o Secretário de Estado do Tesouro relatou.

Mas considera que é preciso analisar a situação objectivamente.

A situação que se vive sofre a ressaca de 48 anos de fascismo, sofre outras de toda a natureza.

A classe dos bancários é das que mais ajudaram logo a seguir ao 25 de Abril.

Por outro lado, julga que mais uma vez se está perante movimentos que surgem no seio da classe trabalhadora ou dos estudantes. Movimentos do tipo esquerdista, como os que já houve na TAP.

Crê que estão em franco declínio. Mas são grupos muito activos que passam de uns para outros sectores.

As acções que hoje se vêm nos bancários não estão de acordo com as que exerceram logo após o 25 de Abril. Mas não se pode avaliar toda a classe bancária por estas actuações.

Se se analisar com calma a situação, mais fácil será acertar com a acção eficaz a desenvolver, segundo as linhas apontadas pelos Ministros Álvaro Cunhal, Silva Lopes e pelo Secretário de Estado do Tesouro.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 65 -
SECRETO

Pensa que se poderá utilizar como via o Ministério do Trabalho para exprimir a desaprovação do Governo a esses procedimentos, a determinação em não aceitar uma escalada desse tipo e o mais que o Governo delibere. Reconhece que tem havido benevolência para o MRPP, que o Governo tem tido culpa. Pela sua parte, está disposto a actuar com dureza. Acha que se deve fazer-lhes sentir a gravidade da situação que estão criando, denunciar-lhes todas as distorções.

Se for preciso, também ele próprio está disposto a dialogar com eles.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Magalhães Mota está de acordo com que^{se} chamem os bancários e se dialogue com eles, mas com esclarecimento muito firme, pois já houve várias ocasiões em que se dialogou com eles e é preciso que não possa supor-se que há um tratamento privilegiado a favor dessa classe.

O Ministro da Administração Interna pergunta se devem ou não informar-se os bancários de que a reunião prevista para o Banco Espírito Santo não é permitida e actuar em caso de resistência.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 66 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Primeiro Ministro acha que se deve explicar aos bancários que a reunião se não deve realizar no Banco e porquê, o que não quer dizer que eles não discutam os seus problemas.

O Ministro Vitor Alves pede ao Ministro do Trabalho que use muito bem da persuasão.

O Ministro das Finanças gostaria que a reunião se fizesse de pois das horas de serviço, visto que se trata de 170 pessoas.

O Secretário de Estado do Tesouro informou que fez já uma diligência nesse sentido.

O Secretário de Estado da Comunicação Social pôs à disposição a sala do Palácio Foz.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente solidarizou-se inteiramente com o Secretário de Estado do Tesouro e acha que nos contactos que venha a haver se deve procurar prestigiá-lo. O que o preocupa é que sabe que há um movimento difícil de enfrentar mais tarde ou mais cedo. O que não se permite

./.

SECRETO



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 67 -

nos bancos também não deve permitir-se nas escolas. E é preocupante que não se consigam evitar estas situações no nosso País.

O Primeiro Ministro disse que não é tão pessimista. A greve geral que o MRPP pretendeu levar a efeito foi recusada pelos estudantes, o que mostra que há forças positivas no seio desses movimentos. E é com elas que as forças negativas se combatem.

Falamos da união do povo com as Forças Armadas e sabemos que o povo não é homogêneo.

Fundação Cuidar o Futuro
A maneira de levár este processo por diante é unir cada vez mais o povo às Forças Armadas, isolando os grupúsculos perturbadores.

Pede calma e que se vejam os sinais positivos que se encontram na nossa sociedade-a criação de forças no meio estudantil capazes de contrabalançar as forças provocadoras. Aqui, também haverá forças positivas. Que se prestigie junto delas o Secretário de Estado do Tesouro que tem o apoio e a confiança do Governo.

O Secretário de Estado da Administração Escolar acha importante que fique devidamente aclarado o problema das reuniões nos



estabelecimentos de ensino.

Informou que o MEC não está passivo perante as reuniões nas escolas. Que já foram comunicadas várias limitações, entre as quais a de que são proibidas em tempos de aulas e que carecem de autorização das entidades gestoras.

Referiu que os estabelecimentos de ensino onde há mais problemas são aqueles onde não há comissões eleitas, mas refresentantes nomeados pelo MEC, porque os problemas, onde existem, são sobretudo de pessoas.

O Ministério do Trabalho informou que banqueiros e bancários estiveram no seu Ministério na véspera à noite a tentar resolver o problema. Também julga que importa não confundir os agrupamentos políticos muitas vezes responsáveis por estas situações com os trabalhadores que com eles nada têm que ver. Já propôs várias vezes que se tomassem medidas, não em casos como o que agora se discute, que pode envolver os verdadeiros trabalhadores que não têm culpa, mas noutros. Quanto a intervir pela força nos bancos, não lhe parece adequado porque se trata de consequências de actuações do MRPP, e é na origem que se deve atacar nos momentos próprios. Fará o possível por resolver esta situação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO 69 -

O Ministro dos Negócios Estrangeiros propôs que se fizesse um comunicado em que o Governo dissesse que atitudes destas não se devem permitir.

O Primeiro Ministro acha essa alternativa precipitada, das as forças positivas que existem na classe dos bancários.

O Ministro do Trabalho reafirmou que tentará convencer os trabalhadores bancários no sentido que foi preconizado, mas reconhece que isso não adiantará muito se os factos es tiverem consunção

Fundação Cuidar o Futuro

Os trabalhos relativos ao orçamento geral do Estado continuarão no dia 30 às 9,30 horas.

A continuação da apreciação da Lei de Imprensa e a da situação do Jornal "A Época" passaram para reunião posterior.